



SENADO FEDERAL

# TEMAS ECONÔMICOS

# Lúcio

A L C Â N T A R A

BRASÍLIA – 2001



SENADO FEDERAL

**TEMAS  
ECONÔMICOS**

**Senador Lúcio Alcântara**

Brasília – 2001

Editado pelo gabinete do  
**Senador Lúcio Alcântara**

Projeto Editorial:  
**Ricardo Alcântara**

Diagramação:  
**Roberto Barros**

Secretaria-Geral:  
**Afonso Celso Machado Neto**

Impressão:  
**Secretaria Especial de Editoração e  
Publicações do Senado Federal**

# **DISCURSOS**



# **Capital estrangeiro no Brasil**

O jornal *Folha de S.Paulo* de hoje traz matéria sobre a limitação à entrada de bancos estrangeiros no Brasil. Coincidentemente, há alguns dias, o mesmo jornal publicou entrevista com o Sr. Fernão Bracher, ex-presidente do Banco Central e hoje banqueiro, presidente de um banco.

S. Ex<sup>a</sup> fazia uma afirmação que considerarei da maior gravidade. Não tenho elementos para julgar a justeza da observação que S. S<sup>a</sup> fazia, mas ele dizia que, não fora ainda certo percentual que temos de bancos nacionais, os resultados daquela crise da desvalorização do real teriam sido muito mais terríveis do que foram, porque esses bancos estrangeiros teriam drenado recursos do País, em face da iminência do descalabro da economia ocorrida naquele momento, e, conseqüentemen-

te, a situação teria sido de enorme gravidade. Por isso, ele foi claro e taxativo, dizendo que é preciso limitar a entrada de mais bancos estrangeiros no País.

Claro que alguém sempre poderá dizer que o objetivo de Fernão Bracher é a reserva de mercado, que ele não quer competição, não quer a entrada de novos bancos estrangeiros que venham a ameaçar a posição dos bancos nacionais. É possível que os que dizem isso tenham razão. É preciso que se faça uma análise mais profunda dessa matéria.

Qual é o percentual razoável de participação de grupos estrangeiros no sistema financeiro nacional? Como procedem outros países no mundo? Qual a participação admitida por países do Primeiro Mundo para os bancos estrangeiros? Ou há uma liberação geral? Vale tudo? Podem entrar à vontade, comprar e estabelecer-se, até ficar esmagadoramente majoritária a posição dos bancos estrangeiros no País? Ou é conveniente que se limite, que haja determinado percentual para isso? Penso que essa é uma pergunta que devemos fazer. Ou não há diferença alguma entre o sistema financeiro e outras atividades econômicas – as indústrias, o comércio, os serviços, as empresas de aviação? Enfim, essa é uma questão que agora vem à baila novamente, com a idéia do Banco Central de limitar a entrada de bancos estrangeiros apenas à disputa pelos bancos estaduais a serem privatizados.

No entanto, o Banespa está na iminência de ser privatizado e, pelas regras vi-

gentes, pode ser adquirido por instituição estrangeira. Quanto a isso, nessa mesma matéria de hoje da *Folha de S. Paulo*, um especialista afirma que, após a privatização do Banespa, a cara do sistema financeiro brasileiro vai ser outra.

Então, penso que devemos estudar o assunto, com o apoio e o socorro dos técnicos e especialistas, ouvindo inclusive os dirigentes do Banco Central. Até o próprio banqueiro Fernão Bracher – quem sabe –, na Comissão de Assuntos Econômicos, poderia esclarecer sua opinião manifestada na entrevista à *Folha de S. Paulo*, pois, a ser verdadeiro o que ele disse, o risco para a estabilidade da economia tende a aumentar muito, uma vez que, ao que parece, mesmo com essas medidas de limitação de entrada de bancos estrangeiros anunciadas pelo Banco Central, a tendência é que cresça ainda mais a participação deles no sistema financeiro nacional.

Assim, é necessário até mesmo analisarmos o que aconteceu no sistema financeiro nacional depois que os bancos estrangeiros entraram no Brasil. Os juros baixaram? A competição entre os bancos levou melhorias perceptíveis para o consumidor? Como se comportam os bancos quanto às taxas de serviços cobradas por eles? Como é a relação entre o sistema financeiro e seus clientes, empresários ou pessoas físicas que o procuram para tomar algum tipo de empréstimo? São essas as perguntas que devemos fazer. O sistema tornou-se mais sólido e tem contribuído para consolidar a economia do País?



Há riscos como esse referido pelo Dr. Fernão Bracher na entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*. É evidente que, com uma economia frágil como a nossa, iremos enfrentar algumas crises no futuro. Se o percentual de participação do sistema financeiro internacional aumentar muito, estará afetada a capacidade de o Estado brasileiro lidar com essa crise? Isso afetará nossa capacidade de superar a crise, de ter instrumentos que permitam defender os interesses futuros do País?

Mostro, com este pronunciamento, a necessidade da participação do Senado na matéria. O Senado aprova os dirigentes do Banco Central, a concessão de empréstimos, os avais e acompanha, por disposição constitucional, a execução da política monetária no País. Talvez precisemos meditar sobre o fato. Será que se trata apenas de um jogo, de uma encenação de banqueiros que não querem a competição dos bancos estrangeiros, que se estão sentindo ameaçados por sua presença? O leilão do Banespa mostra que há grandes bancos brasileiros interessados em disputá-lo. Parece-me que será permitida a participação de bancos estrangeiros. O Banespa é um colosso pelo seu número de agências, de depositantes, de clientes. Trata-se de uma estrutura já consolidada, já enraizada no País. Quais serão os efeitos, as conseqüências, os desdobramentos se esse banco vier a ser adquirido por um banco estrangeiro?

Este debate deve continuar. Devemos deixar que prevaleçam idéias como "liberou

geral”, “vem quem quer”, “compra, vende e vai embora”, ou posições conservadoras para defender interesses de bancos que querem ter vida mansa, sem concorrência de fora? Onde está a verdade nisso tudo? Onde está o interesse nacional?

Lembro que, mesmo na União Européia, em que a integração é muito grande hoje, a ponto de se ter adotado uma moeda única, não tem havido compra de bancos entre os países-membros. A primeira ocorreu há pouco tempo, quando um banco espanhol comprou uma parte de um banco português, do Grupo Champalimaud. O governo português não aceitou, reagiu, e o assunto foi parar em Bruxelas, para uma decisão final. Essa integração, que tem havido no mundo todo, não chegou ao sistema financeiro na União Européia. Continuam os bancos ingleses, os bancos alemães, os bancos espanhóis, os bancos italianos e assim por diante. Então, há algo nisso que, de fato, mexe no coração do País.

Trago essa pergunta até para que me esclareçam. Por hábito pergunto: isso é bom para o Brasil? Até que ponto é bom para o Brasil e até que ponto devemos introduzir um fator de limitação?

10 de janeiro de 2000



# Desenvolvimento nacional

Ontem tivemos oportunidade de provocar um debate neste plenário sobre a questão do sistema bancário brasileiro, sobre o processo de desnacionalização das instituições do sistema financeiro e sobre os riscos que daí poderiam advir para o equilíbrio da nossa economia e para o Estado, que ficaria com poucas condições de gerir a política econômica e financeira do País.

Sobre esse assunto, temos assistido, há algum tempo, a um debate – às vezes, mais intenso; outras, mais contido – entre correntes de pensamento a que se filiam muitos que defendem uma política mais agressiva de desenvolvimento e outros que sustentam que o desenvolvimento virá como uma conseqüência do próprio processo de estabilização da economia, como conseqüência da manutenção dos fundamentos da estabilida-

de econômica. Quaisquer outras tentativas de desviar esse curso, de interferir na economia do País para provocar o desenvolvimento, seriam tentativas frustradas que constituiriam apenas “bolhas de crescimento” sucedidas por novos períodos de instabilidade da economia e retorno da inflação.

Hoje, no *Jornal do Brasil*, na coluna do jornalista Cristiano Romero, há uma série de afirmações do Sr. Hélio Mattar, secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, que alerta para uma segunda onda de desnacionalização. Ele diz que novamente vamos ser punidos por uma onda de desnacionalização; quer dizer, haverá transferência patrimonial de empresas brasileiras para empresas estrangeiras. Ele é muito taxativo quando alerta para o fato de que não devemos ter pejo de dizer que temos uma política de desenvolvimento industrial. Ele diz que a ausência de uma política industrial já é uma política industrial. Ou seja, deixar as coisas acontecerem sem nenhuma intervenção do Estado, sem nenhuma preocupação de criar instrumentos de crédito e de incentivos que favoreçam o crescimento industrial, isso, por si só, já é uma política industrial. Eu diria que essa é uma antipolítica industrial.

Ele também alerta para o fato de que no passado foram cometidos alguns equívocos que consistiram em estimular apenas alguns setores industriais. Fala especificamente sobre o setor de papel e celulose, que teria consumido, num programa de apoio oficial, US\$13,8 bilhões.

Ele acha que é preciso estimular as indústrias brasileiras a oferecerem créditos e incentivos. Numa síntese que achei muito interessante – por isso vou lê-la –, ele diz que essas políticas industriais devem gerar emprego e favorecer a desconcentração do desenvolvimento, a melhoria do balanço de pagamento e o fortalecimento da empresa de capital brasileiro e da capacitação tecnológica do País. Esses seriam os quatro pressupostos de uma política de desenvolvimento industrial que ele considera necessária para o País. O jornalista alerta para o fato de que, no ramo da telefonia fixa, que recentemente foi objeto de privatização, só há uma empresa de capital brasileiro: a Telemar; todas as outras são empresas estrangeiras. Se tomarmos em conta que muitas dessas empresas adquiriram esses ativos com generosos financiamentos do Estado, com renúncia fiscal e com o parcelamento desses pagamentos, vamos concluir que houve realmente uma grande facilidade para que essas empresas penetrassem no Brasil e participassem desse mercado.

E há mais: é o caso de se questionar se o BNDES deve financiar empresas estrangeiras que queiram participar do mercado brasileiro ou deve apoiar essas empresas brasileiras que estão exangues, muitas delas sem capital e recursos para se lançarem num processo de expansão das suas atividades, ganhando, até mesmo, a competitividade necessária, à modernização e o

domínio das novas tecnologias. Essa é uma pergunta a se fazer.

Espero que esse debate, que está sendo trazido a público pelo Secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, seja um fermento para ativar esse assunto dentro e fora do Governo, uma vez que ele mesmo anuncia a possibilidade de uma segunda onda de desnacionalização, que vai terminar varrendo o restante de empresa de capital nacional que ainda está sobrevivendo nesse campo de muitas dificuldades.

Trago, mais uma vez, essa questão à discussão, para que possamos refletir sobre isso. Ainda hoje se falou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o papel do BNDES – foi uma observação trazida à discussão pelo Senador Roberto Freire – como o grande agente e instrumento do desenvolvimento nacional, mediante o financiamento de empreendimentos de grande importância estratégica para o País. Essa questão, portanto, permanece como algo que suscita o debate, provoca discussão e talvez vá nos levar a um ponto de equilíbrio entre essas propostas.

Hoje, fala-se muito na reformulação do sistema de privatização das rodovias e está-se chegando à conclusão de que as regras estabelecidas são frouxas, não produzem a coerção que às vezes é necessário se exercitar sobre as empresas concessionárias.

É sempre necessário trazermos esse tipo de problema à discussão, porque poderemos chegar a pontos de equilíbrio que de-

fendam o legítimo interesse do povo brasileiro, inclusive da poupança nacional. Se não há empresa nacional, como poderemos pensar em poupança nacional?

11 de janeiro de 2000





## **Livre concorrência**

Estamos assistindo, há algum tempo, a esse debate que se trava em todo o País, inclusive pela imprensa, sobre a fusão das empresas cervejeiras Antarctica, Skol e Brahma. É importante aproveitar este momento para salientar alguns fatos que julgo merecer nossa atenção.

Em primeiro lugar, embora nossa legislação seja relativamente recente, parece-me que precisa de modificação urgente. Há sete meses, as duas empresas – Antarctica e Brahma – anunciaram ao País que fariam essa fusão. De lá para cá, temos assistido à tramitação do processo, primeiro, na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e, depois, na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Agora o processo está sob exame do Cade.

Na verdade, se essa fusão causa alguns efeitos deletérios sobre a economia ou sobre os interesses do consumidor, esses efeitos já estão se fazendo sentir, porque na prática ela ocorreu, quer dizer, a fusão deu-se de fato. Talvez ocorra, se o Cade não aprovar, a separação.

Portanto, é preciso mudar a legislação até para acompanhar outros países, como os Estados Unidos, a Alemanha, o México, por exemplo, onde isso tudo está reunido em uma única agência. O parecer deve ser prévio. Não se deve fazer a fusão para, depois, mandar para o Cade. Deve-se passar por todos esses outros órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça antes de chegar ao Cade. Há, inclusive, um custo operacional e tudo o mais. Isso poderia ser evitado, caso a fusão fosse precedida pela autorização do órgão responsável.

Em um editorial de 29 de janeiro de 2000, sábado, a *Folha de S. Paulo*, sob o título “Defender a concorrência”, refere-se ao economista Rughvir Khemani, do Banco Mundial, o qual diz que “uma fusão é como fazer uma omelete: depois que está pronta, não é mais possível separar os ovos”. A fusão, na prática, já se deu. Os possíveis efeitos negativos – não sei se existem – já incidiram sobre os distribuidores, os consumidores e a cadeia produtiva que atua no ramo da cerveja. Por outro lado, estamos assistindo a um duelo de gigantes. Há contra-informações, notícias em jornais e na televisão. Há muita publicidade. Disputam, ago-

ra, o Troféu do Nacionalismo, para saber quem é nacionalista, quem representa o verdadeiro interesse do País, se é que ele se identifica com alguma cervejaria. Pelo menos pelo que li na imprensa, o próprio Cade consultou o Ministro do Desenvolvimento, que estaria patrocinando um entendimento, um acordo, entre as empresas envolvidas nessa questão. E o Cade está sob suspeição.

Tenho, sinceramente, a melhor impressão sobre o único dos membros do Cade que conheço, o seu presidente, Dr. Gesner José de Oliveira Filho, até porque S. S<sup>a</sup> tem sido pontual *nas informações que presta ao Senado, à Comissão de Assuntos Econômicos*, mediante seus relatórios, expondo as suas dificuldades, bem como o trabalho que o Cade está desenvolvendo.

De repente há um fogo cruzado de informações sobre possível abordagem de conselheiros que estariam dispostos a tomar determinada posição nesse caso, o que desqualifica o trabalho do Cade, colocando-o sob suspeita. Ora, se há um inquérito na Polícia Federal, ele deve ser concluído o mais rápido possível, para que se possa saber se há realmente algum culpado. Aparentemente, muitas notícias que estão sendo veiculadas pela imprensa não correspondem à verdade. Por exemplo, a de que uma conselheira teria ouvido de um advogado que dois outros advogados estariam informando que membros do Cade já teriam comprometido com essa ou aquela solução no processo sob exame. Essas informações termina-

ram levando à instauração desse inquérito, que deve ser concluído o mais rápido possível.

Se queremos realmente a redução do tamanho do Estado e a sua maior eficácia, isto é, um Estado ágil, rápido, que defenda os interesses da sociedade e do consumidor, um dos órgãos que deve merecer a atenção do Governo é o Cade, porque é aí que ocorrem os grandes embates que se tornarão cada vez mais freqüentes na medida em que o processo de fusão de grandes empresas leva sempre ao risco do monopólio ou do oligopólio. Assim, há necessidade de que o Estado possa assegurar os direitos do consumidor.

Portanto, não quero tomar partido nessa questão por entender que, para quem está acompanhando de longe, ela não está clara. Os interesses são muito grandes – alguns estão dissimulados e outros são ostensivos, mas todos não podem ser bem identificados, uma vez que não se está acompanhando atentamente e conhecendo o processo. De forma que não quero antecipar uma opinião a respeito do assunto, mas deixo bem clara a necessidade de se reformular rapidamente a legislação sob pena de tornarmos inócuo o Cade e os órgãos envolvidos nessas questões.

Houve uma fusão anunciada que, na prática, está ocorrendo entre duas grandes empresas cervejeiras há sete meses, e até agora o processo sob exame não foi concluído. Segundo, a necessidade de que os fatos sejam esclarecidos para que se possa conhecer realmente se houve algo que afetasse ou que pos-

sa afetar a credibilidade do Cade e de seus integrantes, que julgarão o processo. Que o inquérito instaurado seja concluído o mais rápido possível. Houve até quem sugerisse a suspensão dos trabalhos do Cade, uma vez que o inquérito tinha sido instaurado. Seria absurdo! Se já estamos achando excessivo o tempo entre o anúncio da fusão e a decisão do Cade, imaginem se propusermos a paralisação dos trabalhos! Precisamos de um esclarecimento definitivo para que não paire nenhuma dúvida sobre o Cade, que decidirá a respeito de uma questão que envolve grandes interesses.

Pelo que li, parece que o Ministério do Desenvolvimento tem um condão de, em determinados casos, afirmando o interesse nacional, eliminar a questão do monopólio ou do oligopólio. Vamos dizer assim: se o Ministério do Desenvolvimento disser que essa fusão é do interesse nacional, mesmo que seja tipificado o oligopólio, ela poderá acontecer, e o Cade terá de concordar com ela. Enfim, há algo aí que precisamos conhecer, lidar e nos aparelhar melhor para enfrentar essa questão.

Esse processo, essa seqüência de tramitação envolvendo a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e o Cade é um nunca acabar. Para mim, essa fusão já se deu, na prática. O que pode acontecer é a defusão, se o Cade entender que ela não se deve efetivar. Daí por que acho que ela ou é prévia ou é célere, porquanto o mundo dos negócios é cada vez mais de deci-

sões rápidas, ágeis, imediatas, em que há necessidade de que se adotem certas posições com muita pressa para que os acionistas, os responsáveis e os detentores do controle dessas empresas não sejam prejudicados.

Aqui fica meu apelo. Talvez essa fosse uma matéria que merecesse nosso cuidado, essa revisão da legislação para garantir a defesa da concorrência. O Estado brasileiro, cada vez mais, vai deixar de ser um Estado empresário, envolvido diretamente na atividade econômica. Então, ele vai ter de se cuidar e de se aparelhar para essas coisas. Uma delas, sem dúvida importante, é essa questão da defesa da livre concorrência, que é também a defesa do interesse do consumidor.

28 de fevereiro de 2000

## **Revisão salarial**

Ao longo dos últimos dias, tem-se estabelecido uma polêmica muito grande em torno da fixação do teto máximo dos servidores públicos, de acordo com o que preconiza a Constituição Federal.

Reuniões vêm ocorrendo entre os chefes dos Poderes. Aparentemente, acordos têm sido feitos e, em seguida, negados ou desrespeitados. Tudo isso cria um grande mal-estar na sociedade. Por quê? O Brasil é um país em que as injustiças e as desigualdades são muito grandes. A diferença entre o maior e o menor salário é enorme. Evidentemente, isso choca a sociedade quando se trata de fixar valores que são muito mais altos se comparados aos salários das pessoas que percebem o salário mínimo ou próximo a ele.



Penso que a única maneira de se dar um tratamento mais justo a essa questão seria a elaboração de uma política salarial para os servidores públicos.

Há cinco anos ou seis, salvo engano, não ocorre reajuste de salários dos servidores. E, apesar de uma certa estabilidade da economia, há inegavelmente alguma inflação acumulada ao longo desse tempo.

A discussão em torno do teto devia ser deixada de lado, para se dar um reajuste geral aos servidores públicos. Isso seria muito mais correto, englobaria o juiz, o parlamentar, uma vez que a Constituição estabelece que o parlamentar terá reajuste sempre que o servidor público tiver. Assim, teríamos uma manifestação de consideração e de apreço pelo servidor público.

Essa questão deveria ser levada na devida conta. Dever-se-ia deixar de lado, na minha opinião, a discussão de teto e estabelecer-se para o servidor público um reajuste num valor suportável pelo Tesouro. Seria uma medida geral; não se estaria privilegiando ninguém, nem se aceitando a pressão dos juízes que ameaçam com greve; não se poderia dizer que parlamentares ou o Presidente estariam tentando elevar seus subsídios; não se trata do teto do dúplex ou o teto como tem sido objeto de discussão, se deve ser "X" ou "Y".

Seria um reajuste para o servidor público. Tratamos do salário mínimo e do reajuste geral do servidor público. Penso que o aumento é justo e necessário. A inflação represada

aconselha isso. Chegou-se a cogitar aqui, num determinado momento, que havia essa idéia do Presidente da República; depois, Sua Excelência negou, mas ninguém pode esconder que o servidor público necessita desse reajuste.

Na verdade, nesses dias em que o Senado esteve em recesso, estive ouvindo e vendo tudo isso e pareceu-me curial: vamos ver o que podemos fazer pelo servidor público.

Até entendo que o parlamentar só poderia ser considerado servidor público *lato sensu*. Somos agentes políticos, dependemos de eleição e temos mandato por tempo fixo. Mas nada disso serve como argumento para que, a propósito de cumprir um dispositivo constitucional – e existem centenas deles completamente ignorados –, se queira produzir um aumento automático.

Destarte, pedi ao Senador Antonio Carlos Magalhães – um homem de longa experiência na vida pública e que, muitas vezes, tem levantado temas no mínimo prudentes, como o exame dessa questão levando em conta o salário mínimo, a realidade do País e a desigualdade de rendas – que ele, como presidente do Senado e do Congresso Nacional, levasse esta proposta: vamos discutir o reajuste do servidor público. Evidentemente, não podemos discriminar nenhuma categoria funcional, atribuindo maior ou menor importância, maior ou menor peso a essa ou àquela – todas, dentro do seu papel, dentro das suas funções, dentro das suas obrigações, têm a sua importância. Com esse procedimento, estaríamos dando uma demons-

tração de desprendimento, mostrando que estamos cumprindo nossa obrigação ao buscar algo de interesse de todo o funcionalismo público. Mas o percentual que viesse a ser estabelecido de acordo com a disponibilidade do Tesouro deveria estender-se a todos. Na hora em que se tem um critério, na hora em que se tem um só peso e uma só medida, as pessoas podem até não gostar da solução por preferir um tratamento melhor, mas acabam aceitando uma realidade que é comum a todos.

Creio que é tempo, ainda, de se buscar esse tipo de solução para o problema porque estamos discutindo o salário mínimo e seria oportuno discutir também a situação do servidor público, que está há seis anos sem reajuste. Não estou falando em aumento, mas em reajuste, e é evidente que esse só pode ser concedido de acordo com a realidade do Tesouro. Assim saberíamos até que ponto o reajuste poderia ser oferecido aos servidores públicos.

Por outro lado, ninguém ignora que dentro desse processo de mudança do Estado brasileiro o funcionário público tem sido sacrificado, tem sido alcançado no seu direito. Portanto, é chegado o momento de se conceder algum tipo de estímulo para que as pessoas que têm aptidão para o serviço público, e nele ingressaram mediante concursos públicos, possam também encontrar agora uma forma de reconhecimento que estimule o seu trabalho e a sua atuação.

Deixo aqui essa sugestão. Entendo que o nosso presidente, Senador Antonio Carlos

Magalhães, tem toda a condição pessoal e funcional para levar a sugestão de se discutir um reajuste geral para o funcionalismo público, independentemente da categoria a que pertencem e o Poder que integram. Seria muito mais justo, e a sociedade veria isso como uma manifestação de equilíbrio e desprendimento; veria que os chefes de Poderes reunidos ali não estariam apenas estabelecendo tetos que seriam alcançados de maneira a configurar na prática reajustes salariais para essa ou aquela categoria. É a sugestão que trago a esta Casa como fruto de alguma reflexão pessoal em função do noticiário e do sentimento que vamos captando da opinião pública, pelas manifestações na imprensa, em conversas.

13 de março de 2000



**PALESTRAS**



## **O agronegócio do caju\***

O agronegócio do caju está em crise, mas existem soluções, todas elas passando pela decisão política, como aquela que ergueu o agronegócio do cacau, na Bahia, que foi beneficiado por um programa de recuperação, patrocinado pelo BNDES, no valor de 300 milhões de reais.

Seria interessante fazer um histórico da cadeia produtiva do caju. No início tudo era harmonia. Os agricultores tinham à sua disposição incentivos, crédito e subsídios, na época dos recursos da Sudene e do Fiset – reflorestamento. Os industriais dispunham de incentivos fiscais e de crédito barato e abundante. O merca-

---

\* Participação no Seminário sobre Cajucultura. Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. Câmara dos Deputados. Brasília, 19 de janeiro de 2000.



do internacional da amêndoa de castanha e do líquido da casca (LCC) era franco, com pouca competição e os preços praticados ensejavam uma razoável margem de lucros.

Os subsídios foram extintos, o crédito escasseou, os encargos financeiros passaram a ser efetivos e muitas vezes muito elevados. Os diversos planos econômicos trouxeram incerteza e prejuízos para as atividades econômicas, além dos juros elevados terem tornado inadimplentes os tomadores de empréstimo. Os cajueirais ocupando áreas enormes mostraram-se inviáveis de gerenciar e até mesmo as pequenas plantações foram praticamente abandonadas. A concorrência internacional na produção da castanha aumentou, especialmente na Índia, embora o mercado comprador de amêndoa de castanha venha apresentando um firme crescimento, e esta seja a noz mais cara dentre as demais.

Com o Plano Real veio a sobrevalorização da moeda nacional, que trouxe enormes dificuldades para o agronegócio da castanha. Como cerca de 90% da produção de amêndoa e líquido da casca (LCC) é exportada para o exterior, o real sobrevalorizado não só tirou competitividade do produto brasileiro, mas também restringiu de forma significativa as margens de lucro dos exportadores. Essas perdas foram, e não poderia ser diferente, sendo transferidas para toda a cadeia, chegando a pressão até o produtor. Obviamente, a distribuição das perdas não foi feita de maneira uniforme entre todos os seus componentes.

Como era de esperar, as relações dentro da cadeia azedaram e foi iniciado um período de acusações mútuas entre agricultores, intermediários e industriais. A situação ficou ainda pior, pois os industriais passaram a importar castanha *in natura* de países africanos, com o objetivo de melhor utilizar a capacidade de processamento, como também aproveitar o câmbio favorável às compras no exterior. Em contrapartida, os agricultores ameaçaram e chegaram a exportar pequenas quantidades de castanhas *in natura*, desviando-as da industrialização local.

Com o realinhamento do real em relação ao dólar, a partir das crises internacionais, ocorridas em 1998 e 1999, e de suas conseqüências na economia brasileira, o panorama das receitas das vendas para o exterior de castanhas de caju muda de forma substancial. Os industriais/exportadores estão tendo uma remuneração em reais muito superior, benefício este que está sendo, pelo menos em parte, repassado à cadeia, chegando até o produtor. Os preços que estão sendo praticados, entre 70 centavos e um real por quilograma da castanha *in natura*, são bem aceitos pelos agricultores.

Dessa forma, atualmente, há uma calma que talvez seja apenas conjuntural, pois os problemas dentro da cadeia não estão equacionados. Esse é o caminho a ser seguido: o estabelecimento de um padrão de relacionamento permanente entre todos.

É bom ressaltar que o agronegócio do caju tem expressiva participação na economia

do Ceará. A importância da agroindústria do caju revela-se essencialmente por meio de três indicadores: 1) geração de divisas – a castanha de caju é o principal produto da pauta de exportação cearense, em termos de receita cambial, com cerca de 130 milhões de dólares por ano; 2) arrecadação tributária – para geração de receitas públicas; 3) geração de emprego – tem um elevado multiplicador, cujos impactos indiretos são sentidos no emprego urbano, especialmente em Fortaleza, e diretamente nas atividades agrícolas desenvolvidas, principalmente no interior dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Na agricultura são 55 mil postos de trabalho.

O total de empregos diretos e indiretos atinge o número de 300 mil postos de trabalho. Deve-se esclarecer que a atividade de colheita da castanha ocorre no período da entressafra das demais culturas.

A produção brasileira é restrita à região Nordeste. A área plantada chega a cerca de 700 mil hectares. O Ceará participa com cerca de 50% dessa produção.

O desperdício do pedúnculo do caju é apontado como sendo de 94% (Embrapa, 1995). Tratamentos de pós-colheita, que proporcionem ampliação da vida útil do produto *in natura*, devem se associar aos programas de diversificação e diferenciação do seu processamento. Para a comercialização do fruto *in natura* há também necessidade de se definir o padrão de classificação tomando por base a maior homogeneidade conseguida com os cultivos de clones.

Entre os muitos cenários que podem ser desenhados para o futuro, três foram delineados: o primeiro é conservador, o segundo é construído com algumas mudanças e o terceiro é otimista. O primeiro deles mostra que se nenhuma ação for desenvolvida, isto é, se a *tendência natural da atividade não for alterada*, a cajucultura regional irá se contrair fortemente.

No segundo cenário, para que o produto se mantenha no mesmo patamar, em termos de comércio exterior, é preciso que se concretize o mais rápido possível e de forma agressiva, o que prevêem os protocolos firmados entre governos estaduais, sindicatos de produtores e de industriais, bancos financiadores e empresas de pesquisa, ações para modernização da cajucultura. O terceiro cenário, ou seja, a inversão do processo de decréscimo da produção e até incremento de posição no *ranking* mundial, deve servir como um referencial, tendo em vista que *requereria mudanças estruturais fortes, tais como: prioridade nacional para soerguimento do setor, injeção expressiva de recursos subsidiados, mudança do perfil, forte campanha de marketing no exterior e, por fim, renovação total dos plantios.*

Diante desse quadro todo, no ano de 1999, o Governo brasileiro lançou o Programa Especial das Exportações, e esse foi o primeiro sinal de que o Governo quer a participação ativa da classe privada. A castanha de caju foi inserida, e 58 setores da economia foram escolhidos.

Para a recuperação e a modernização da cajucultura nacional é necessário, antes de mais nada, a efetivação de uma aliança sólida entre os governos estaduais, baseado no Congresso Nacional, e empresários, para conseguirmos dar um salto de qualidade na conscientização de que o esforço trará retornos econômicos e sociais para o País.

É necessária a recuperação dos cajueiros em produção com a tecnologia mínima recomendada pela Embrapa, com custos baixos, visando aumentar os duzentos quilos por hectare para setecentos no quinto ano. Temos também de substituir as copas por enxertos de clones de cajueiro anão precoce a ser feita gradativamente, erradicando as plantas improdutivas, incluindo novas atividades.

Uma questão fundamental é a capacitação do produtor por meio da difusão da tecnologia e assistência técnica, a formação de viveiristas para a produção de borbulhas e a preparação de milhares de mudas enxertadas.

A melhoria na qualidade da castanha pressupõe a implantação de secagem, limpeza e seleção de castanha no campo.

A implantação de minifábricas seria outra solução ideal para cooperativas, associações de produtores ou de assentados, trabalhando ou não em parceria com uma empresa âncora. O aproveitamento integral do pedúnculo é outra meta a ser atingida aliada à promoção comercial.

Acreditamos que a aliança dos produtores de caju com órgãos do Governo evolua para

a criação de uma companhia de comercialização e *marketing*, sustentada, em parte, por um percentual que as empresas industriais aportariam das receitas oriundas das exportações dos produtos do caju.



**Lúcio Alcântara**, Senador da República pelo Partido da Socialdemocracia Brasileira, foi eleito para a legislatura 1995/2002 e integra as seguintes comissões:

## **SENADO FEDERAL**

### **Titular**

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Comissão de Assuntos Sociais
- Comissão de Educação
- Subcomissão Permanente do Judiciário
- Subcomissão Permanente da Saúde
- Subcomissão Permanente do Cinema Brasileiro
- Subcomissão Permanente de Rádio e TV
- Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

### **Suplente**

- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
- Comissão de Assuntos Econômicos

## **CONGRESSO NACIONAL**

- Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
- Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.035, Operações de Créditos com os Fundos Constitucionais



**Capital Estrangeiro**  
**Desenvolvimento**  
**Agronegócios**  
**Revisão Salarial**

